

30 JUN 1995

LUIZ ROBERTO A. CUNHA

Eliminar a inflação e crescer

ESTADO DE SÃO PAULO



Manter os demais preços ajustados em relação às pressões agrícolas

Em palestra recente, o ministro da Fazenda Pedro Malan, chamou atenção para a grande contribuição do Brasil à espécie humana, o "homo indexatus", cuja característica biológica parece ser alimentar-se da indexação. Na verdade, a história mostra que, embora uma parte da sociedade brasileira tenha de fato conseguido sobreviver de indexação nos últimos 30 anos, foi o próprio governo que já há muitos anos, buscando alternativas para não ter de enfrentar a razão básica da nossa inflação — a ausência de ajuste fiscal — fez crescer a indexação. Entretanto, enquanto esta cresce, a inflação aumentava cada vez mais. Não há dúvida que temos agora, pela primeira vez, uma possibilidade efetiva de destruir esta criatura monstruosa após inúmeras tentativas frustradas ao longo dos últimos anos. Está na hora de destruir o "homo indexatus", para permitir acabar com a inflação.

É com este objetivo que quando o Real comemora seu primeiro aniversário, um importante conjunto de decisões relativo ao avanço da desindexação tem de ser tomadas. Pela primeira vez em muitos anos, desde que o processo de indexação foi sendo ampliado na economia brasileira, temos uma excelente oportunidade de efetivamente eliminar a indexação. Entretanto, para obter sucesso nessa empreitada, temos que manter a inflação ao longo do segundo semestre em níveis bastante reduzidos, de modo a ir apagando cada vez mais a memória inflacionária.

Como no segundo semestre, sazonalmente na entressafra, os produtos

agrícolas pressionam os índices, a única forma de obter uma inflação média abaixo de 2% ao mês é manter os demais preços ajustados em relação às pressões agrícolas. A partir da implantação do Real, os serviços têm sido os principais vilões da inflação. Este comportamento comum em outros planos de estabilização decorre basicamente de dois fatores: primeiro, estes são preços que não sofrem concorrência externa; segundo, os serviços (com exceção do aluguel), por estarem vinculados aos custos da mão-de-obra, foram pressionados pela necessária recuperação do salário mínimo. Apesar disso, por estar muito elevado seu nível relativo de preços, os serviços começam a apresentar altas menos acentuadas, devendo se estabilizar nos próximos meses, principalmente com uma memória inflacionária cada vez menor.

Os preços públicos (excluídos os federais) estão passando por seu processo de ajuste, não devendo mais pressionar a partir de agosto, enquanto os federais ainda têm alguma folga, principalmente devido aos aumentos de margem obtidos com a valorização do Real. Restam os preços industriais que, representando cerca de 1/3 dos índices ao consumidor e 1/2 do atacado, são os críticos para a evolução da inflação no segundo semestre, uma vez que seu comportamento determinará a possibilidade de se manter a inflação média próxima dos 2%.

Analisar sua trajetória pós-Real permite verificar que, após a aceleração ocorrida no final do período da URV (quando, aproveitando-se do processo de superindexação e das

condições favoráveis de demanda, as margens foram substancialmente aumentadas), os preços industriais no varejo (IPC/Fipe) atingiram cerca de 3,6% em meados de julho 94, mas foram desacelerando a partir de então, ficando próximos de 0 ao longo de setembro de 94. Entretanto, com a pressão de demanda decorrente da eliminação do imposto inflacionário e o conseqüente aumento de renda na sociedade, adicionado ao maior endividamento permitido pela menor incerteza com inflação mais baixa, estes preços voltaram a apresentar aceleração em outubro de 94, atingindo variação um pouco acima de 1%.

Com a ampliação da abertura comercial, através da redução acentuada das alíquotas de importação, os preços industriais reverteram a tendência de alta permanecendo nos meses de novembro de 94 a fevereiro de 95 em média próximos 0,5% ao mês. A partir de meados de março de 95, com as incertezas causadas pela mudança cambial e dado o elevado nível de demanda, eles voltam a acelerar acentuada e perigosamente para o futuro da estabilização, tendo alcançado no final de abril taxa de variação mensal acima de 2,5% (a conjugação das pressões de demanda já existentes, com a indústria crescendo em termos reais nos últimos meses acima de 10% ao mês, com o aumento de 42,8% no salário mínimo geravam o ambiente propício para a consolidação da alta de preços). Foi então que o governo agiu rapidamente, aumentando os controles de crédito, mantendo em níveis bastante elevados as taxas de juro e estabilizando o câmbio, conseguindo, desta forma, reverter a partir de abril a tendência de alta, com os preços voltando no início de junho para um patamar próximo de 1%.

Estas observações sob a trajetória dos preços industriais no varejo a partir do Real (os preços industriais

no atacado apresentam evolução semelhante) indicam claramente que o sucesso da desindexação ao longo dos próximos meses depende em grande parte da manutenção dos preços industriais (varejo e atacado) em níveis médios abaixo de 1% ao mês. Para tanto, apesar das fortes pressões contrárias de muitos setores da sociedade, é necessário que o governo mantenha o aperto no crédito e no juro.

As reclamações generalizadas devem ser respondidas com um pouco de nossa história econômica. Os níveis de juro e restrição de crédito atuais estão pela primeira vez no período pós-74 gerando no curto prazo resultados efetivos, isto porque nas tentativas anteriores (períodos como no início da década de 80 e, mais recentemente, em 92) o processo de indexação reduzia o efeito destas políticas, que, apesar de ineficazes em relação à queda da inflação, tendo sido estendidas por muitos meses, aí sim geraram fortes recessões (o produto industrial em termos reais caiu 8,84%, em 1981, 5,92%, em 1983, e 3,72%, em 1992, sem que a inflação apresentasse redução, ao contrário de 83 e 92 apresentou forte aceleração, agora em 1995 o produto industrial tem crescido acima de 10%). Esta é mais, uma importante razão para avançar na desindexação, pois ela torna possível reverter pressões de demanda através de instrumentos macroeconômicos eficientes no curto prazo, enquanto se negocia politicamente a questão principal: o ajuste fiscal, complemento fundamental para que, além de ser eliminado o "homo indexatus", eliminemos de vez a inflação e possamos crescer, aumentar o emprego e efetivamente ajudar ao "Homo brasiliensis" a viver melhor.

■ Luiz Roberto A. Cunha é professor da PUC-Rio